



## CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

### CONVOCAÇÃO Nº 007/2020

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso das atribuições conferidas pelos artigos 15, II, da Lei Complementar Estadual nº 011, de 18 de janeiro de 1996, e 8º, I, b, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, instituído pela Resolução nº 248, de 11 de dezembro de 2018, do mesmo colegiado, acionando o **sistema de deliberação remota** instituído pelo Ato Normativo nº 009, de 1º de abril de 2020, ratificado pela Resolução nº 002, de 27 de abril de 2020, do Colégio de Procuradores de Justiça, **CONVOCA sessão virtual e extraordinária do Conselho Superior do Ministério Público**, a ser realizada, por meio de solução tecnológica de comunicação telepresencial, no **dia 18 de agosto de 2020, terça-feira, às 14:00 horas**, com a seguinte ordem do dia:

#### **1. APROVAÇÃO DO QUADRO DE ANTIGUIDADE DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO – SIGA Nº 6771/2020.**

#### **2. RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 003.0.8065/2020 APENSO AO RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 003.0.9113/2020.**

ASSUNTO: Recurso contra Notificação Recomendatória nº 003/2020.

INTERESSADOS: Procuradoria Geral do Município de Paulo Afonso e Promotora de Justiça Milane de Vasconcelos Tavares.

ADVOGADOS: Procurador Geral do Município de Paulo Afonso, Dr. Igor Matos Montalvão, Dr. Manoel Pinto.

RELATOR: Conselheiro Adriani Vasconcelos Pazelli.

VOTO VISTA: Corregedora-Geral do Ministério Público, Procuradora de Justiça Cleonice de Souza Lima.

#### **3. RELATORIA DE PROCEDIMENTOS:**

#### **RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA WASHINGTON ARAÚJO CARIGÉ:**

3.1. Recurso Administrativo em Procedimento Ministerial nº 003.9.210859/2019, da Promotoria de Justiça de Retiroândia;

3.2. Recurso Administrativo em Procedimento Ministerial nº 591.9.225976/2019, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;

3.3. Inquérito Civil nº 279.0.179295/2014, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Estevão;

3.4. Inquérito Civil nº 705.0.207448/2014, da 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;

3.5. Procedimento Ministerial nº 719.0.154867/2011, da 3ª Promotoria de Justiça de Seabra;

3.6. Inquérito Civil nº 728.0.220674/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Santa Cruz de

Cabrália;

3.7. Procedimento Ministerial nº 003.0.80116/2009, da Promotoria de Justiça de Ibirapitanga;

3.8. Procedimento Ministerial nº 003.9.72184/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Luís Eduardo Magalhães;

3.9. Inquérito Civil nº 681.0.45126/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;

3.10. Inquérito Civil nº 674.0.29078/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;

3.11. Procedimento Ministerial nº 656.9.190463/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Cícero Dantas;

3.12. Inquérito Civil nº 646.0.185717/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;

3.13. Inquérito Civil nº 646.0.151230/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;

3.14. Inquérito Civil nº 644.9.72221/2018, da 14ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;

3.15. Inquérito Civil nº 003.0.80682/2011, da 2ª Promotoria de Justiça de Bom Jesus da Lapa;

3.16. Inquérito Civil nº 593.0.210137/2014, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Barreiras;

3.17. Inquérito Civil nº 007.0.29292/2014, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;

3.18. Inquérito Civil nº 003.0.183973/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Juazeiro;

3.19. Inquérito Civil nº 090.9.267342/2017, da Promotoria de Justiça de Itanhém;

3.20. Inquérito Civil nº 167.0.262024/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;

3.21. Procedimento Ministerial nº 597.9.172131/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença;

3.22. Inquérito Civil nº 591.9.263345/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;

3.23. Inquérito Civil nº 003.9.48110/2017, da 5ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Salvador;

3.24. Inquérito Civil nº 003.9.80664/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente de Salvador;

3.25. Procedimento Ministerial nº 007.0.67672/2013, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;

3.26. Inquérito Civil nº 003.9.197392/2018, do Grupo de Atuação Especial de Proteção dos Direitos Humanos e Combate à Discriminação – GEDHDIS;

3.27. Inquérito Civil nº 003.9.150030/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Ipirá;

3.28. Inquérito Civil nº 003.0.242620/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

3.29. Inquérito Civil nº 003.0.200787/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente de Salvador;

3.30. Inquérito Civil nº 003.0.152682/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

3.31. Inquérito Civil nº 003.0.127809/2011, da 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;

3.32. Inquérito Civil nº 022.0.178605/2012 da Promotoria de Justiça de Barra do Mendes;

3.33. Inquérito Civil nº 011.9.88519/2018, da Promotoria de Justiça de Andaraí;

3.34. Procedimento Ministerial nº 674.9.25054/2018, da 4ª Promotoria de Justiça de

Alagoinhas;

3.35. Inquérito Civil nº 644.0.51015/2016, da 14ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;

3.36. Procedimento Ministerial nº 597.9.18204/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença;

3.37. Procedimento Ministerial nº 597.9.96000/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença;

3.38. Inquérito Civil nº 591.9.24190/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;

3.39. Inquérito Civil nº 590.0.19288/2014, da 5ª Promotoria de Justiça de Camaçari;

3.40. Inquérito Civil nº 167.0.228956/2015, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;

3.41. Inquérito Civil nº 147.0.128976/2008, da 6ª Promotoria de Justiça de Irecê;

3.42. Inquérito Civil nº 114.9.798/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Entre Rios;

3.43. Procedimento Ministerial nº 069.0.114253/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu;

3.44. Inquérito Civil nº 705.0.41651/2010, da 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;

3.45. Inquérito Civil nº 598.0.214821/2016, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

3.46. Inquérito Civil nº 521.0.149652/2010, da Promotoria de Justiça de Capela do Alto Alegre;

3.47. Procedimento Ministerial nº 176.0.139068/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Monte Santo;

3.48. Inquérito Civil nº 705.9.115326/2017, da 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;

3.49. Inquérito Civil nº 705.0.110115/2015, da 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;

3.50. Inquérito Civil nº 702.9.40969/2018, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;

3.51. Inquérito Civil nº 699.0.182128/2008, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;

3.52. Procedimento Ministerial nº 681.9.215565/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;

3.53. Procedimento Ministerial nº 680.0.115052/2011, da Promotoria de Justiça de Castro Alves;

3.54. Inquérito Civil nº 933.9.4242/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Luís Eduardo Magalhães;

3.55. Inquérito Civil nº 708.9.188129/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;

3.56. Procedimento Ministerial nº 708.9.186606/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas.

**RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA REGINA MARIA DA SILVA CARRILHO:**

3.57. Inquérito Civil nº 592.0.235529/2014, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;

3.58. Inquérito Civil nº 678.0.139921/2009, da 3ª Promotoria de Justiça de Cruz das Almas;

3.59. Procedimento Ministerial nº 003.9.20334/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

3.60. Inquérito Civil nº 167.9.50487/2019, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;

3.61. Inquérito Civil nº 598.0.160713/2014, da 14ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

- 3.62. Procedimento Ministerial nº 176.0.211664/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Monte Santo;
- 3.63. Inquérito Civil nº 598.9.150931/2019, da 8ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 3.64. Inquérito Civil nº 655.0.131774/2015, da Promotoria de Justiça de Gandu;
- 3.65. Procedimento Ministerial nº 681.0.2350/2012, da 2ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;
- 3.66. Procedimento Ministerial nº 003.9.61614/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente de Salvador;
- 3.67. Inquérito Civil nº 003.9.238516/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 3.68. Inquérito Civil nº 646.0.178034/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 3.69. Inquérito Civil nº 111.9.218710/2017, da 3ª Promotoria de Justiça de Dias D'Ávila;
- 3.70. Inquérito Civil nº 003.0.183061/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 3.71. Inquérito Civil nº 003.9.1926/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 3.72. Inquérito Civil nº 644.0.87363/2013, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor de Salvador;
- 3.73. Inquérito Civil nº 719.1.108178/2006, da 3ª Promotoria de Justiça de Seabra;
- 3.74. Inquérito Civil nº 644.9.110779/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Vitória da Conquista;
- 3.75. Inquérito Civil nº 708.9.88368/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 3.76. Inquérito Civil nº 691.9.53866/2020, da 1ª Promotoria de Justiça de Xique-Xique;
- 3.77. Inquérito Civil nº 090.0.89070/2017, da Promotoria de Justiça de Itanhém;
- 3.78. Inquérito Civil nº 167.9.33517/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;
- 3.79. Inquérito Civil nº 336.0.37616/2008, da Promotoria de Justiça de Uauá;
- 3.80. Inquérito Civil nº 674.9.38431/2018, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 3.81. Procedimento Ministerial nº 644.0.59146/2016, da 11ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 3.82. Inquérito Civil nº 681.0.9772/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;
- 3.83. Inquérito Civil nº 167.0.7345/2015, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João.

**RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA JUSTIÇA MARIA DE FÁTIMA CAMPOS DA CUNHA:**

- 3.84. Inquérito Civil nº 003.9.133306/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente de Salvador;
- 3.85. Inquérito Civil nº 598.0.13406/2014, da 14ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 3.86. Procedimento Ministerial nº 003.0.153338/2016, do Grupo de Atuação Especial para o Controle Externo da Atividade Policial – GACEP;
- 3.87. Inquérito Civil nº 699.0.24605/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;
- 3.88. Inquérito Civil nº 719.0.233815/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Seabra;
- 3.89. Inquérito Civil nº 647.0.116927/2009, da 6ª Promotoria de Justiça de Eunápolis;
- 3.90. Inquérito Civil nº 597.0.219297/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Valença;
- 3.91. Inquérito Civil nº 003.0.62936/2012, da Promotoria de Justiça de Uauá;

- 3.92. Inquérito Civil nº 608.0.150247/2014, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Jequié;
- 3.93. Inquérito Civil nº 003.9.95133/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 3.94. Inquérito Civil nº 699.0.63502/2008, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;
- 3.95. Inquérito Civil nº 699.0.21297/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Itaberaba;
- 3.96. Inquérito Civil nº 708.9.4666/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 3.97. Inquérito Civil nº 167.9.11482/2019, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;
- 3.98. Procedimento Ministerial nº 597.0.144602/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Valença;
- 3.99. Inquérito Civil nº 708.9.76778/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 3.100. Inquérito Civil nº 597.9.117613/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Valença.

**RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA ADIVALDO GUIMARÃES  
CIDADE:**

- 3.101. Recurso Administrativo em Procedimento Ministerial nº 003.9.244404/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 3.102. Procedimento Ministerial nº 003.9.40346/2018, , da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;
- 3.103. Procedimento Ministerial nº 597.0.153357/2015, da Promotoria de Justiça Regional Especializada em Meio Ambiente com sede em Valença;
- 3.104. Procedimento Ministerial nº 680.9.152969/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Castro Alves;
- 3.105. Inquérito Civil nº 674.9.183529/2019, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 3.106. Inquérito Civil nº 708.0.181994/2011, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
- 3.107. Inquérito Civil nº 003.0.64238/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 3.108. Procedimento Ministerial nº 003.9.101531/2018, da 6ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente de Salvador;
- 3.109. Inquérito Civil nº 003.9.21283/2019, da 5ª Promotoria de Justiça do Consumidor de Salvador;
- 3.110. Inquérito Civil nº 598.9.112494/2019, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 3.111. Procedimento Ministerial nº 597.9.54068/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 3.112. Inquérito Civil nº 681.0.207325/2014, da 1ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;
- 3.113. Procedimento Ministerial nº 597.9.228394/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 3.114. Procedimento Ministerial nº 597.9.112434/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente de Valença;
- 3.115. Inquérito Civil nº 088.0.119064/2011, da Promotoria de Justiça de Conde;
- 3.116. Inquérito Civil nº 003.0.228757/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 3.117. Procedimento Ministerial nº 003.1.35587/2005, da 1ª Promotoria de Justiça de



Ruy Barbosa;

- 3.118. Inquérito Civil nº 674.9.99635/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 3.119. Inquérito Civil nº 003.0.50641/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
- 3.120. Inquérito Civil nº 644.0.176776/2010, da 5ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 3.121. Inquérito Civil nº 003.9.30508/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente de Salvador;
- 3.122. Procedimento Ministerial nº 003.0.197772/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Ubatã;
- 3.123. Inquérito Civil nº 701.9.195703/2019, da 5ª Promotoria de Justiça de Itapetinga;
- 3.124. Inquérito Civil nº 003.9.114310/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente de Salvador;
- 3.125. Inquérito Civil nº 705.0.222011/2014, da 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso.

**RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA MARIA AUGUSTA ALMEIDA CIDREIRA REIS:**

- 3.126. Inquérito Civil nº 592.0.139308/2010, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
- 3.127. Inquérito Civil nº 035.9.131427/2019, da 2ª Promotoria de Justiça de Cachoeira;
- 3.128. Inquérito Civil nº 035.9.141822/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Cachoeira;
- 3.129. Inquérito Civil nº 003.9.66790/2020, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor de Salvador;
- 3.130. Inquérito Civil nº 705.9.14223/2019, da 2ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;
- 3.131. Procedimento Ministerial nº 003.0.165166/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Euclides da Cunha.

**RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA ÁUREA LÚCIA SOUZA SAMPAIO LOEPP:**

- 3.132. Procedimento Ministerial nº 035.9.16313/2020, da Promotoria de Justiça de Cachoeira;
- 3.133. Procedimento Ministerial nº 003.9.80550/2020, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 3.134. Inquérito Civil nº 593.0.232500/2014, apenso ao Procedimento Ministerial nº 593.0.208085/2013, da 9ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 3.135. Inquérito Civil nº 597.9.113846/2019, da 3ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 3.136. Procedimento Ministerial nº 593.9.261639/2017, da 9ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 3.137. Inquérito Civil nº 699.0.123014/2007, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;
- 3.138. Inquérito Civil nº 677.9.54579/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;
- 3.139. Inquérito Civil nº 252.0.195692/2009, da 3ª Promotoria de Justiça de Seabra;
- 3.140. Inquérito Civil nº 052.0.173315/2016, da Promotoria de Justiça de Itambé;
- 3.141. Procedimento Ministerial nº 003.9.114235/2017, da 6ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente de Salvador;
- 3.142. Inquérito Civil nº 035.9.65130/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Cachoeira;
- 3.143. Inquérito Civil nº 933.9.46935/2019, da 4ª Promotoria de Justiça de Luís Eduardo Magalhães;
- 3.144. Inquérito Civil nº 593.0.211353/2015, da 7ª Promotoria de Justiça de Barreiras;

- 3.145. Procedimento Ministerial nº 591.9.228016/2019, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 3.146. Inquérito Civil nº 596.0.71175/2014, da 1ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 3.147. Inquérito Civil nº 025.0.165635/2009, da Promotoria de Justiça de Belo Campo;
- 3.148. Inquérito Civil nº 677.0.104034/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;
- 3.149. Inquérito Civil nº 719.0.235280/2016, da 3ª Promotoria de Justiça de Seabra;
- 3.150. Inquérito Civil nº 701.9.195689/2019, da 5ª Promotoria de Justiça de Itapetinga;
- 3.151. Inquérito Civil nº 600.9.32061/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus.

**RELATORA: EXMA. SRA. DR.ª PROCURADORA DE JUSTIÇA MÁRCIA REGINA DOS SANTOS VIRGENS:**

- 3.152. Recurso Administrativo em Procedimento Ministerial nº 691.9.218086/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Xique-Xique;
- 3.153. Recurso Administrativo em Inquérito Civil nº 190.0.241319/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
- 3.154. Recurso Administrativo em Procedimento Ministerial nº 007.9.122729/2019, da 2ª Promotoria de Justiça de Amargosa;
- 3.155. Procedimento Ministerial nº 597.9.69318/2019, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 3.156. Inquérito Civil nº 069.0.122206/2015, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu;
- 3.157. Procedimento Ministerial nº 263.9.173035/2017, da 3ª Promotoria de Justiça de Camacã;
- 3.158. Inquérito Civil nº 933.0.28772/2011, da 1ª Promotoria de Justiça de Luís Eduardo Magalhães;
- 3.159. Inquérito Civil nº 003.0.143920/2011, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus da Lapa;
- 3.160. Procedimento Ministerial nº 708.0.113660/2015, da 6ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 3.161. Procedimento Ministerial nº 003.0.33419/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência;
- 3.162. Inquérito Civil nº 655.0.192743/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Gandu;
- 3.163. Procedimento Ministerial nº 003.9.4249/2019, da 3ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente de Salvador;
- 3.164. Procedimento Ministerial nº 190.0.183477/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
- 3.165. Inquérito Civil nº 003.0.129112/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 3.166. Inquérito Civil nº 644.0.144245/2009, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 3.167. Inquérito Civil nº 646.9.148794/2019, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 3.168. Inquérito Civil nº 003.0.47937/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde - GESAU;
- 3.169. Procedimento Ministerial nº 003.9.134267/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 3.170. Inquérito Civil nº 003.1.79212/2006, da 3ª Promotoria de Justiça de Gandu;
- 3.171. Procedimento Ministerial nº 268.0.235559/2015, da Promotoria de Justiça de Santa Teresinha;
- 3.172. Inquérito Civil nº 596.9.55474/2017, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de

Santana;

- 3.173. Inquérito Civil nº 702.0.119124/2014, da 5ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 3.174. Inquérito Civil nº 590.9.250700/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 3.175. Procedimento Ministerial nº 003.9.43265/2019, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 3.176. Inquérito Civil nº 681.0.11926/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;
- 3.177. Inquérito Civil nº 003.0.129109/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente de Salvador;
- 3.178. Inquérito Civil nº 708.9.87909/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 3.179. Inquérito Civil nº 591.0.77118/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 3.180. Inquérito Civil nº 003.0.234046/2015, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor de Salvador;
- 3.181. Procedimento Ministerial nº 644.9.54829/2018, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 3.182. Inquérito Civil nº 340.0.230811/2016, da Promotoria de Justiça de Ubatã;
- 3.183. Inquérito Civil nº 591.0.247069/2016, da 7ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 3.184. Inquérito Civil nº 646.0.229374/2012, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 3.185. Procedimento Ministerial nº 719.9267575/2017, da 3ª Promotoria de Justiça de Seabra;
- 3.186. Inquérito Civil nº 598.9.33410/2019, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 3.187. Inquérito Civil nº 644.9.99084/2017, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 3.188. Procedimento Ministerial nº 017.0.118277/2009, da 1ª Promotoria de Justiça de Ipirá;
- 3.189. Inquérito Civil nº 001.0.9489/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Ilhéus;
- 3.190. Inquérito Civil nº 003.0.208152/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 3.191. Procedimento Ministerial nº 647.0.123024/20014, da 2ª Promotoria de Justiça de Eunápolis;
- 3.192. Inquérito Civil nº 069.0.14330/2011, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu;
- 3.193. Procedimento Ministerial nº 598.0.78248/2014, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 3.194. Procedimento Ministerial nº 069.9.232626/2019, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu;
- 3.195. Procedimento Ministerial nº 094.9.201988/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Eunápolis;
- 3.196. Procedimento Ministerial nº 003.9.22077/2019, da 8ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Salvador;
- 3.197. Procedimento Ministerial nº 003.1.85020/2005, da 1ª Promotoria de Justiça de Ruy Barbosa;
- 3.198. Inquérito Civil nº 696.9.38837/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 3.199. Inquérito Civil nº 646.0.188107/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 3.200. Inquérito Civil nº 090.0.236901/2016, da Promotoria de Justiça de Itanhém;
- 3.201. Inquérito Civil nº 003.9.192396/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
- 3.202. Inquérito Civil nº 003.9.123326/2018, da 3ª Promotoria de Justiça da Infância e



Juventude de Salvador;

3.203. Inquérito Civil nº 003.0.20771/2019, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor de Salvador;

3.204. Inquérito Civil nº 022.9.22058/2020, da Promotoria de Justiça Barra do Mendes;

3.205. Inquérito Civil nº 644.9.108201/2018, da 14ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;

3.206. Inquérito Civil nº 003.9.137570/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente de Salvador;

3.207. Inquérito Civil nº 705.0.222010/2014, da 8ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;

3.208. Inquérito Civil nº 705.0.226510/2014, da 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;

3.209. Inquérito Civil nº 003.9.269771/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

3.210. Inquérito Civil nº 608.0.63919/2012, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

3.211. Procedimento Ministerial nº 003.9.111030/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente de Salvador;

3.212. Procedimento Ministerial nº 003.0.123454/2011, da 1ª Promotoria de Justiça de Livramento de Nossa Senhora;

3.213. Inquérito Civil nº 597.9.268602/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;

3.214. Inquérito Civil nº 088.9.93795/2017, da Promotoria de Justiça de Conde;

3.215. Inquérito Civil nº 593.0.48452/2016, da 9ª Promotoria de Justiça de Barreiras;

3.216. Procedimento Ministerial nº 167.0.228925/2015, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;

3.217. Inquérito Civil nº 034.0.57429/2012, da Promotoria de Justiça de Buerarema;

3.218. Inquérito Civil nº 003.9.34400/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

3.219. Inquérito Civil nº 003.1.19783/2004, da Promotoria de Justiça de Barra do Mendes;

3.220. Procedimento Ministerial nº 003.0.1755/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Guanambi;

3.221. Inquérito Civil nº 167.9.45282/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;

3.222. Inquérito Civil nº 705.0.74920/2010, da 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso.

**RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA ADRIANI VASCONCELOS PAZELLI:**

3.223. Recurso Administrativo nº 597.9.52997/2020, da 3ª Promotoria de Justiça de Valença;

3.224. Inquérito Civil nº 648.9.186547/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Itaparica;

3.225. Inquérito Civil nº 674.0.224847/2015, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;

3.226. Inquérito Civil nº 090.9.221765/2017, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;

3.227. Inquérito Civil nº 597.9.115851/2018, da 3ª Promotoria de Justiça de Valença;

3.228. Inquérito Civil nº 022.9.186538/2017, da Promotoria de Justiça de Barra do Mendes;

3.229. Procedimento Ministerial nº 263.9.174651/2017, da 3ª Promotoria de Justiça de Camacã;

3.230. Inquérito Civil nº 676.9.107468/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Bom Jesus

da Lapa;

3.231. Inquérito Civil nº 003.0.93862/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente de Salvador;

3.232. Procedimento Ministerial nº 657.0.191117/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Ipiaú;

3.233. Inquérito Civil nº 597.9.102868/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Valença;

3.234. Inquérito Civil nº 035.0.251349/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Cachoeira;

3.235. Inquérito Civil nº 593.0.238182/2014, da 9ª Promotoria de Justiça de Barreiras;

3.236. Inquérito Civil nº 702.9.92302/2019, da 5ª Promotoria de Justiça de Jacobina;

3.237. Inquérito Civil nº 593.0.148865/2012, da 9ª Promotoria de Justiça de Barreiras.

**RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA RICARDO RÉGIS DOURADO:**

3.238. Recurso Administrativo em Procedimento Ministerial nº 003.9.194327/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

3.239. Inquérito Civil nº 003.0.236850/2016, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor de Salvador;

3.240. Inquérito Civil nº 003.9.4614/2019, da 5ª Promotoria de Justiça do Consumidor de Salvador;

3.241. Inquérito Civil nº 647.0.44775/2010, da 2ª Promotoria de Justiça de Eunápolis;

3.242. Inquérito Civil nº 597.9.59514/2018, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;

3.243. Inquérito Civil nº 646.0.185598/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;

3.244. Inquérito Civil nº 254.9.209617/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Rio Real;

3.245. Inquérito Civil nº 268.9.126308/2018, da Promotoria de Justiça de Santa Teresinha;

3.246. Inquérito Civil nº 003.0.216150/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente de Salvador;

3.247. Inquérito Civil nº 593.0.55410/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;

3.248. Inquérito Civil nº 593.0.186122/2015, da 9ª Promotoria de Justiça de Barreiras;

3.249. Inquérito Civil nº 021.0.62798/2016, da Promotoria de Justiça de Barra do Choça;

3.250. Inquérito Civil nº 702.9.233931/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;

3.251. Procedimento Ministerial nº 170.0.109449/2011, da Promotoria de Justiça de Miguel Calmon.

O acesso ao ambiente virtual da sessão se dará por meio de link, a ser enviado, até 15 minutos antes do início da sessão, à caixa de e-mail institucional de todos os membros do colegiado.

Eu, Alexandre Soares Cruz, Secretário-Geral do Ministério Público, subscrevi.

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em 06 de agosto de 2020.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI  
Procuradora-Geral de Justiça  
Presidente do Conselho Superior do Ministério Público